

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SEU FAZER E SEU PENSAR EM UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Patricia Maneschky Duarte da Costa
Patriciaduarte2009@gmail.com
AEDB

Sonia Regina Mendes dos Santos
soniamen@ig.com.br
FEBF/UERJ

RESUMO

As diversas concepções sobre a universidade e a sua relação com o meio social vem conferindo distintas definições e tipologias de extensão universitária, que expressam diferentes valores sobre as relações entre universidade e as instituições sociais. A extensão universitária se distingue como um processo que implica uma comunicação com a sociedade, uma dimensão comunicacional que revela suas experiências históricas e políticas e, pautada no conhecimento científico, tecnológico, cultural e humanístico acumulado na universidade, expressa a capacidade de formação educativa da universidade. No campo da cultura, a extensão universitária ultrapassa a função de exclusivamente atender a demanda pela universidade geradora de novos conhecimentos por uma função propositiva, que plena da consciência de sua função social atua na promoção do desenvolvimento cultural da sociedade. Preservar e desenvolver a cultura são visto como necessidade intrínseca da universidade, que se integram as diferentes forças na sociedade para a conservação do legado cultural.

Palavras-Chave: Extensão universitária. Função. Prática extensionista. Cultura.

1. Extensão universitária e as propostas culturais

Extensão universitária: para além das práticas de assistencialismo

As primeiras experiências de extensão nas universidades brasileiras ocorrem ainda no início do século XX, restritas a realização de cursos e conferências e a prestação de serviços. Nas décadas subsequentes a extensão foi realizada como atividade secundária na vida acadêmica, em que o destaque maior cabia ao ensino e a pesquisa. Até os anos 70 não se encontra, a rigor, uma política de extensão para as universidades brasileiras. Nogueira (1999) identifica como primeira política de extensão, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborada pelo Ministério da Educação/ MEC por meio da Coordenação de Extensão Universitária – CODAE, em 1975. Nessa proposta, o MEC tenta resgatar a sua função de formulador de política educacional para o ensino superior, uma vez que sob a coordenação do governo militar, a extensão era desenvolvida por programas como o Projeto Rondon e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária/ CRUTAC, guiada pelo ideal de segurança e desenvolvimento nacional. Para a autora, o Plano de Trabalho avança na

concepção de extensão ao ampliar as formas por meio das quais ela se processaria, ou seja, cursos, serviços, difusão de trabalhos de pesquisa, projetos de ação comunitária ou cultural e outras. Indica que o compromisso social da universidade se daria em direção às “populações de modo geral” e introduz dois elementos novos: a relação entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sendo esta o componente pelo qual se faria o repensar das outras duas. E, por último, registra a comunicação entre universidade e sociedade, não mais num sentido elitista de transmissão de conhecimento, mas no sentido de troca entre saberes acadêmico e popular, que teria como resultado a produção de um conhecimento já confrontado com a realidade.

A CODAE é extinta em 1979, e a política extensionista proposta é interrompida. Somente em meados dos anos 80, surge o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com a proposta de coordenar a reflexão sobre a extensão e a definição de diretrizes conceituais e políticas para a extensão nas universidades públicas brasileiras.

Nogueira assinala ainda que o Fórum é criado tendo como fundamento conceitos, princípios e diretrizes presentes nas discussões sobre extensão que vinham ocorrendo em diversas regiões do país. Dentre esses fundamentos destacam-se o compromisso social da universidade enquanto instituição pública, na busca de soluções para os problemas da maioria da população e a extensão como processo que articula o ensino e a pesquisa às demandas da população. Partindo do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, essas atividades são consideradas no mesmo nível, entendendo-as como dimensão de um processo acadêmico, orgânico e contínuo. A interdisciplinaridade é apontada como meta a ser buscada, considerando que a ação extensionista, pelo fato de relacionar-se com o todo, facilita o trabalho interdisciplinar. A extensão deve procurar implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e o popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática. Recomenda-se a parceria das instituições de ensino superior / IES, preferencialmente, com as administrações públicas nas diversas esferas, alertando, no entanto, que à universidade não cabe substituir o Estado em suas funções.

Um dos documentos mais significativos elaborados Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras foi o lançamento em 1998 do Plano Nacional de Extensão Universitária em que se pode conferir um conceito de extensão mais ampliado:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. (p.29)

Outro aspecto a destacar para as nossas reflexões é que as universidades no país não se organizam sobre uma mesma perspectiva predominante no tocante à concepção de extensão, e mesmo numa mesma instituição convivem vários entendimentos sobre ela. Tal variação pode ser pensada como própria da universidade, ou seja, do espaço universitário atual, que se defronta com inúmeros desafios; esses apontam para possíveis transformações profundas, que vão requerer um exame de suas funções e estruturas. Essa variabilidade de concepções tem reflexos importantes na proposição de políticas para a relação universidade e sociedade.

Na época moderna a universidade se vê em torno de crises, tanto no que tange a questões acadêmicas, como às relacionadas com sua responsabilidade social. Para Demo (1983), a extensão, “porta dos fundos” por onde ecoa o grito pela função social da universidade e por onde entra algo da população, da cidade e da região na universidade, poderia constituir um instrumento de melhoria de qualidade da universidade, na medida em que a pesquisa e a docência se referissem à realidade concreta circundante, pelo menos reduzindo a alienação acadêmica e promovendo uma formação mais próxima das necessidades de desenvolvimento.

Ainda segundo Demo (2000), um problema complexo em nossas universidades é que elas não se dedicam à reconstrução¹ do conhecimento, o que deveria fazer parte de sua alma. Via de regra, preserva-se o quadro instrucionista – alunos comparecendo para assistir aulas, tomar nota e devolver o conhecimento acumulado nas provas. Por não saberem manejar conhecimento com autonomia, não formam profissionais com autonomia própria, ou com capacidade fundamental para a cidadania e para o mercado. Mas essa qualidade formal – reconstruir conhecimento – precisa vir acompanhada da qualidade política, ou seja, a formação deve privilegiar a capacidade do sujeito de interferir na história e na realidade de modo autônomo, não aceitando placidamente o que é dado.

Por esses entendimentos, o autor questiona a extensão por sua anunciada intenção, ou mesmo pretensão, de responder ao desafio da qualidade política na formação universitária. Para ele, se a qualidade política for compreendida como razão de ser da formação universitária, ela não pode ser extensão, mas referência essencial. A extensão não deveria ser eventual, acessória e voluntária, mas, ao contrário, deveria ser posta no centro do sistema

¹ O autor esclarece que considera a expressão construção do conhecimento piagetiana muito forte e opta pela idéia de que reconstruímos conhecimento partindo do conhecimento já existente e disponível.

universitário. Uma segunda contradição seria o fato de a extensão não fazer parte do currículo, não sendo central na formação do aluno. Cabe ainda discutir o que seria o “social” da universidade, de forma a superar o caráter assistencial presente em muitos dos programas extensionistas. A redução do “social” ao assistencial oferece visão extrínseca e compensatória de cidadania, além de trazer para a universidade atividades que seriam de órgãos sociais públicos sem a devida contextualização educativa e científica.

O autor analisa que a universidade

“(...) assumindo que a política social se destina a confrontar-se com a desigualdade social, ou seja, com a exclusão como tal, a principal estratégia é a cidadania que sabe pensar e intervir, seguindo-se o desafio de inserção no Mercado, objetivando a redistribuição de renda e poder, para além de reles distribuição, que jamais toca o espectro da desigualdade” (p.153).

De maneira controversa, é preciso considerar que a extensão adequadamente encaixada no mandato científico e educativo da universidade se coloca em seu devido lugar e, ao mesmo tempo, não pode ser feita a título de mera extensão. Da posição muitas vezes ociosa e de concepção inadequada na atualidade, é preciso emergir a extensão “no bom sentido”, ou seja, aquela que aprimora a formação do aluno e contribui para o manejo do conhecimento na sociedade.

Mas que interferências se podem fazer para a universidade alcançar o “bom sentido da extensão”? Como poderíamos conduzir o debate sobre a universidade e a cultura? O papel da universidade deve se restringir em somente as ações de difusão cultural?

Para Freire (1975) o termo “extensão” tem um caráter de imposição cultural, atitude pouco favorável ao diálogo, indicando que o termo se associa a invasão cultural, dominada por caráter domesticador de pessoas que sabem muito com pessoas que se julga que nada sabem, mais especificamente, as populações com quem se trabalha. A partir de suas reflexões o termo passa a significar relação conscientizadora para os parceiros da extensão, intercâmbio entre o saber sistematizado e o saber popular. A idéia de um “povo inculto” para o qual a universidade deve estender a cultura previamente fabricada pelos educadores ainda prevalece na universidade de hoje?

Para Bernheim (2000), a difusão cultural não permite que a universidade estabeleça outras relações com a comunidade, a não ser dar a ela uma parte do fazer universitário, sem indagação prévia do mundo para onde está se dirigindo a comunicação, nem se percebendo nada dessa comunidade. Por vezes, os programas culturais consistem em atividades pontuais como teatro, coro, conjunto de danças, orquestras, e quando muito, exposições, concertos e

cineclubes. Em termos gerais as atividades possuem um caráter marginal, no sentido de que não guardam pouca ou nenhuma relação com os currículos. A universidade não se vê comprometida com elas, daí seu caráter marginal e secundário. Muitas das vezes, essas atividades são predominantemente interuniversitárias alcançando muito pouca projeção fora da universidade. Para o autor, esses aspectos refletem o que se espera da extensão – apenas um caráter informativo e ornamental, longe de ter um propósito conscientizador e formativo. Nessas situações, as atividades culturais mantêm a função de consenso ideológico e cultural dentro de um sistema social complexo. Para Bondy (1972, apud BERNHEIM, 2000, p.39) a cultura como a educação não são neutras, mas valorativa, social e politicamente orientada.

Por esse entendimento, é preciso redefinir a relação entre extensão universitária e cultura. O caminho não seria o de desenvolver uma extensão que possa contribuir para evidenciar as contradições existentes na sociedade?

1.2. A cultura na sociedade: algumas reflexões para a extensão universitária

Do olhar da extensão para cultura e vice versa encontramos significados e sentidos que embalam a interlocução com a sociedade. Alguns fundamentos orientam para conceber nesta relação à condição de viver que é motivo de criação cultural. A cultura nos seus amplos sentidos, artístico, social ou intelectual “é uma metáfora derivada da palavra latina cultura”² e surgem em seu entorno os sentidos conotativos contribuindo à sua tendência em crescer, proliferar, pois traduz a vida que se desdobra em mais vida (JOÃO CABRAL, apud SANTAELLA, 2003, p. 29).

A definição sobre cultura vai além da compreensão através da vertente biológica – vida-, inclui um duplo contexto o do habitat natural e seu ambiente social, o que remete ao fazer da cidadania em construção legítima junto à educação formal, de uso e aplicação cognitiva diretamente relacionada à evolução/ tradições do homem. Na cultura também se inclui todo o elemento do legado humano adquirido por seu grupo por meio da “aprendizagem consciente, ou, num nível algo diferente, por processos de condicionamento – técnicas de várias espécies, sociais ou institucionais, crenças, modos padronizados de conduta”³. Cultura pode ser compreendida pela metáfora da “mistura”, no sentido dito por Paul Valéry, em que trata como a *mistura* sendo o espírito e a cultura sendo a morada do espírito, então cultura

² SANTAELLA, Lucia ao definir e explicar o termo cultura, 2003, p. 29.

³ SANTAELLA comenta as várias alusões ao termo cultura, a citada é uma delas, 2003, p. 30.

seria uma *mistura*. Este comentário se apresenta como uma “brincadeira silogística”⁴, mas apresenta a condição fundamental para se entender a cultura no contexto pós-moderno, de sociedades globalizadas. Esta idéia de mistura inspira o termo “culturas híbridas”, título do livro de Canclini (1997), em que a realidade social vem confirmando esta idéia. Porém com todas as discussões sobre definições e as duas concepções – humanísticas e antropológicas – no campo da cultura se percebe a proliferação dos sentidos de cultura e a busca por uma única definição, bem como a forma e método na qual é produzida, seria pretensão.

A presença dos mecanismos de interação da informação difundidos através das mídias nas sociedades ocidentais pós-modernas que divulgavam a cultura de massas trouxe reflexos que causaram impactos às formas de cultura produzidas até então: de um lado a cultura erudita e culta, e de outro lado a cultura popular. Quando isso ocorre a cultura de massa caminha no sentido de dissolver a

“(...) a polaridade entre o popular e o erudito, anulando suas fronteiras. Disso resultam cruzamentos culturais em que o tradicional e o moderno, o artesanal e o industrial mesclam-se em tecidos híbridos e voláteis próprios das culturas urbanas” (SANTAELLA, 2003, p. 52).

O crescimento dos meios de comunicação de massa (século XX) e o aumento do consumo cultural através do uso das tecnologias disponíveis e descartáveis como os videoclipes, as fotocopiadoras, entre outros, e juntamente com a produção dos CD-ROM e TV's de canal fechado, que representam as “tecnologias para demandas simbólicas, heterogêneas, fugazes e mais personalizadas” tendeu para a configuração de uma comunicação caracterizada por trânsitos e hibridismos entre si nos meios de comunicação. Criam-se, assim, redes de complementaridade, que Santaella (1992) designa de *Cultura das mídias*.

“A Cultura das mídias, procurava dar conta de fenômenos emergentes e novos na dinâmica cultural, quer dizer, o surgimento de processos culturais distintos da lógica que era própria da cultura de massas. Contrariamente a esta que é essencialmente produzida por poucos e consumida por uma massa que não tem poder para interferir nos produtos simbólicos que consome, a cultura das mídias inaugurava uma dinâmica que, tecendo-se e se alastrando nas relações das mídias entre si, começava a possibilitar aos seus consumidores a escolha entre produtos simbólicos alternativos.” (SANTAELLA, 2003, p.54).

⁴ Idem.

A cultura neste momento está estreitamente vinculada ao mercado, aos índices de audiência e ao consumo que pode continuar alimentando estes caminhos. Porém a produção de cultura não retorna ao que antes era – erudita ou popular-, provoca novas recomposições nos papéis, nos cenários sociais e também no modo de produção dessas formas de cultura. A cultura midiática proporcionou uma “circulação mais fluida e as articulações mais complexas dos níveis, gêneros e formas de cultura, produzindo o cruzamento de suas identidades”⁵.

As discussões que envolvem a produção e formalização, no sentido de dar corpo as questões sobre cultura na sociedade e suas implicações políticas e educacionais, remete ao questionamento (feito acima, p. 05) sobre a possibilidade de efetivar a concepção de que tanto a cultura como a educação não são neutras, e será preciso redefinir a relação entre extensão universitária e cultura, e onde o *caminho do trabalho extensão/ cultura seria o de desenvolver uma extensão que possa contribuir para evidenciar as contradições existentes na sociedade?*

A universidade por meio das atividades extensionistas apresenta a oportunidade de unidade questionadora desta corrente cultural de massa. O desenvolvimento da relação entre os conhecimentos acadêmicos e populares integra sentido e significado ao educando universitário quando este se percebe parte integrante da mediação sociedade e universidade, agregando significado aos estudos para sua vida, de maneira a permitir a reconstrução de novo comportamento em direção ao fortalecimento e criação de novas culturas também nas dimensões sociais. Pode-se, então, dizer que este movimento é o pensar e o fazer cultura na universidade. Mas, que outros aspectos presentes nos estudos sobre cultura podem nos auxiliar nesse fazer?

Nos anos 20 as rachaduras são mais sérias no que diz respeito ao conceito moderno de cultura. Os Estudos Culturais desconstroem o conceito de cultura e substituem por culturaS, sendo que o multiculturalismo desvela a cultura como campo em que atuam forças poderosas em busca de e pela imposição de significados e pela dominação material e simbólica.

O sentido do multiculturalismo se direcionaria no campo do dialógico nas diferentes formas de reconstruir a cultura a partir dos significados e sentidos legítimos atribuídos por “quem – grupo” o produz e o reproduz. Outra questão é pensar o multiculturalismo como propositalmente diretriz para realização de práticas assistencialistas, pois justificaria políticas assistencialistas no sentido de solução a problemas sociais mais complexos, onde se pensa em resolver tais problemas por meio do respeito às diversidades sócio-culturais. Isso não bastaria,

⁵ SANTAELLA, 2003, p. 59.

pois as implicações históricas, educacionais, políticas e econômicas não viabilizam tal projeto.

Por outro lado, trabalhar a comunicação entre sociedade e universidade pode constituir-se enriquecedora quando se compreende a função do multiculturalismo na dimensão de “interpretação, visões, atitudes, provenientes de diferentes bagagens culturais” (FERNANDEZ, 1999, p. 84), em que se percebe a posição intelectual como sendo aberta e flexível, despojando-se de atitudes que fomentem o preconceito e a hierarquia, não somente configurando a dimensão, já citada – a extensão apresentar a possibilidade de realização do trabalho interdisciplinar -, mas quando não se propõe a fomentar a contradição entre o saber popular e o acadêmico, realizado em toda sua dimensão complexa (social, econômica, histórica e política), redimensionando a educação realizada neste contexto. É fundamental perceber a interlocução existente na construção cotidiana da cultura na extensão universitária quando se estabelecem os diálogos tanto de compreender os limites do multiculturalismo, em não impor as pretensões em realizar a cosmovisão sob sua égide de crenças teóricas, mas encontrar a dimensão de compreensão do mundo sob a visão do diálogo fluente no fazer da universidade e seu viés extensionista de comunicação com o produto/produção do conhecimento acadêmico e popular.

Estabelecer interlocução entre a extensão universitária e a sociedade, demanda entender a importância dada à cultura como fundamento e expressão essencial na estruturação de uma política contemporânea, que busca o reconhecimento da identidade de um povo a partir da questão da cidadania, do patrimônio e da nacionalidade a qual pertence, e não somente “fazer e/ou propor” programas assistencialistas, mas ir além de propostas reducionistas do contexto político-social. Há nesta discussão o papel intrínseco da universidade em estender a discussão sobre a construção/ evolução da sociedade, contribuindo para questionar, não somente a formação desta sociedade, mas as políticas que a constituem, e em decorrência contribuir na formação desta identidade e nacionalidade pelas veias dos laços culturais em que ambas se relacionam. Para Fernandez (1999, p. 84) o multiculturalismo se traduz, também, em uma possibilidade de construção de um dos fundamentos da cidadania, ou seja, da capacidade do indivíduo de transcender de um estado “individual” para o do coletivo;

Não tem sentido falar de verdade *tout court*, só de verdade *para* um determinado grupo cultural. O multiculturalismo apregoa uma visão caleidoscópica da vida e da fertilidade do espírito humano, na qual cada indivíduo transcende o marco estreito da sua própria formação cultural e é capaz de ver, sentir e interpretar por meio de outras apreciações culturais. O modelo humano resultante é tolerante, compreensivo, amplo, sensível e

fundamentalmente rico: a capacidade interpretativa, de observação e até emotiva, se multiplica.

Nesse diálogo com as culturas, cabe ainda lembrar que a universidade está repleta de jovens e, do ponto de vista do atendimento a juventude⁶, ela se apresenta como instituição que indiretamente co-participativa nas possíveis reconstruções sociais/ culturais que o conceito de juventude comporta. Porém, ao mesmo tempo em que a universidade, por meio de atividades extensionistas apresenta o espaço propício ao desenvolvimento e produção de propostas culturais também enfrenta um problema de concepção/ conceituação do que é cultura do ponto de vista dos jovens. Uma pesquisa realizada no âmbito nacional pelo Instituto Cidadania e divulgada em 2005 revela que os jovens realizam atividades entre lazer e cultura de forma generalizada, e que das atividades culturais realizadas algumas chegam a 92% de não comparecimento, como é o caso de Concerto de música clássica, e de 94% de Espetáculo de balé clássico, enquanto a melhor frequência está no cinema em que 39% nunca foram⁷.

Para pensar o fazer da prática extensionista e o desenvolvimento cultural, esse dado vem confirmar a necessidade do trabalho da extensão não no sentido impositivo, mas como espaço que pode fomentar as reflexões sobre a sociedade na qual estes jovens vivem.

No sentido de caminhar na dimensão político-social enviesados pela cultura, as universidades vem procurando estabelecer um caminho num mundo complexo.

Por fim, cabe-nos pensar sobre nosso papel de educadores junto à juventude e a cultura uma vez que não há caminhos prontos, mas uma diretriz de que devemos construir um diálogo permanente e infinito, sempre mutante, sobre o que fizemos o que estamos fazendo e o que poderemos fazer de nós mesmos...

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Retratos da juventude**. São Paulo: Instituto Cidadania. 2004.

BERNHEIM, Carlos T. **El nuevo concepto de la extensión Universitária**. In: FARIA, Dóris Santos (ORG.). Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DEMO, Pedro, Lugar da Extensão. In: FARIA, Dóris Santos (ORG.). **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

⁶ Juventude é hoje considerado como conceito existente quando olhado do ponto de vista social, o que o difere definitivamente do conceito de adolescência que tem sua constituição na vertente psicológica e física. Pode-se dizer que a juventude se caracteriza pela presença do sujeito na vida coletiva, o que remete a pensar sobre a cidadania e diretamente sua relação com a constituição cultural.

FERNANDDEZ, Roberto. **Multiculturalismo Intelectual**. Revista USP, nº 42, junho/agosto, 1999.

NOGUEIRA, M. das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira: 1975-1999**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 1999, 225p. (Dissertação, Mestrado).

SNOW, C. P. **As Duas Culturas e uma Segunda Leitura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.